

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Avaliação da Atuação Governamental | Questionário por interlocutor

Área: Aquisições e Contratações
Interlocutor: Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica

Este documento reúne as questões auxiliares do formulário de avaliação municipal da área de Aquisições e Contratações (Formulário F, Anexo VIII da Nota Técnica nº 43/2026-CGF/TCEPR) atribuídas ao interlocutor acima indicado. As questões são apresentadas na ordem do formulário, e o documento contém 32 questões auxiliares.

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Elaboração e Padronização dos Editais de Licitação	28841	O Município dispõe de ato normativo que estabeleça um modelo de editais padronizados para os tipos mais frequentes de contratação, como compras e serviços continuados?	- O Município deve comprovar que existe ao menos uma das situações formalmente estabelecidas: 1. Ato normativo municipal que aprove modelos próprios de minutas de edital; ou 2. Ato normativo municipal que autorize a adoção de minutas padronizadas do Governo Federal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Elaboração e Padronização dos Editais de Licitação	28842	Anexe ato normativo que estabeleça o modelo de editais padronizados.	-	ANEXO	NÃO	(28841 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Elaboração e Padronização dos Editais de Licitação	28853	Todas as minutas contratuais anexadas aos editais realizados no ano de referência foram aprovadas previamente pelo órgão de assessoramento jurídico?	- Todos os editais de licitação realizados no ano de referência devem ter sido acompanhados de minuta contratual com as cláusulas obrigatórias validadas pelo órgão de assessoramento jurídico da Prefeitura antes da publicação do edital. - A análise jurídica deve ser registrada, com parecer jurídico por escrito, assinado e datado; Vínculo direto com o edital correspondente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Elaboração e Padronização dos Editais de Licitação	28854	Anexe o parecer jurídico referente à aprovação de minuta do processo de maior valor realizado no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(28853 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28868	O Município dispõe de ato normativo que institui modelo padronizado de contrato para os tipos mais frequentes de contratação, como compras e serviços continuados?	- Deve haver ato normativo vigente (decreto, portaria, instrução normativa, resolução etc.) que estabeleça um ou mais modelos padronizados de contrato para: Compras comuns (ex: materiais de escritório, medicamentos, alimentos); Serviços continuados (ex: limpeza, vigilância, manutenção predial, apoio administrativo), entre outros; - O ato deve definir que esses modelos devem ser utilizados obrigatoriamente ou preferencialmente pelas unidades contratantes; - Os modelos podem conter campos variáveis (ex: objeto, valor, vigência), mas com cláusulas obrigatórias padronizadas (ex: reajuste, fiscalização, penalidades, rescisão).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28869	Anexe ato normativo municipal que estabeleça o modelo de contratos padronizados.	-	ANEXO	NÃO	(28868 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28870	Todas as contratações realizadas pelo Município no ano de referência foram formalizadas por instrumento de contrato ou por instrumento equivalente?	- As contratações devem ser formalizadas por termo de contrato, salvo nas hipóteses em que a lei admite sua substituição por instrumento equivalente; - O instrumento, seja o termo de contrato ou o instrumento substitutivo, deve ter forma escrita, estar assinado pelas partes e ser juntado ao processo que deu origem à contratação, devendo ainda ser divulgado e mantido à disposição do público.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28871	Anexe dois contratos firmados pelo Município no ano de referência, sendo um deles referente a compra e o outro a serviço continuado, correspondendo, em cada categoria, à contratação de maior valor. Caso o Município não tenha firmado contrato em alguma das categorias, anexe apenas o da categoria existente.	-	ANEXO	NÃO	(28870 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28872	Todos os contratos administrativos firmados pelo Município no ano de referência especificam, de forma clara e objetiva, os critérios e a periodicidade das medições, os prazos para liquidação e pagamento, bem como os prazos para início, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo das etapas de execução, conforme a natureza da contratação?	- Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. Critérios objetivos de medição, compatíveis com o objeto: Percentuais por etapa (ex: 20% após fundação, 30% após alvenaria); Itens de entrega (ex: volume de serviços executados, comprovado por laudos, notas fiscais, relatórios de fiscalização etc.); 2. Periodicidade da medição e da liquidação, como: Mensal, quinzenal, ou por etapa executada; 3. Prazos definidos para: Início e conclusão da execução contratual; Entrega provisória e definitiva do objeto; Liquidação da despesa após medição (ex: até 10 dias úteis); Pagamento após liquidação (ex: até 5 dias úteis); 4. Previsão do procedimento de recebimento provisório e definitivo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28870 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28873	Todos os contratos firmados pelo Município (quando aplicável) no ano de referência incluem cláusulas que garantem o acesso, a propriedade e a transferência do conhecimento sobre os processos, dados e documentação técnica?	- Todos os contratos firmados pelo Município (especialmente os de natureza técnica, tecnológica, intelectual, estratégica ou de longo prazo) no ano de referência devem conter cláusulas que: 1. Assegurem ao Município acesso irrestrito aos dados, relatórios, sistemas, documentos e demais produtos entregues; propriedade dos materiais técnicos ou intelectuais produzidos (quando aplicável); transferência de conhecimento por meio de capacitação, relatórios explicativos, manuais de operação ou sessões de repasse técnico; 2. Estabeleçam que os bens imateriais gerados durante a execução do contrato (metodologias, códigos, diagnósticos, sistemas, bases de dados etc.) são de titularidade da Administração, salvo disposição legal ou contratual específica em sentido contrário; e que a cessão de direitos patrimoniais de autor será formalizada quando a natureza do objeto exigir (ex: software, estudos, projetos, materiais de treinamento etc.).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28870 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28874	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência, especialmente os de natureza continuada, preveem critérios objetivos de avaliação de desempenho, como Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com indicadores e métricas claras de qualidade para mensurar a execução contratual?	- Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência (principalmente os de serviços continuados) devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. A mensuração do desempenho da contratada, com base em: Indicadores objetivos de resultados (Percentual de presença dos funcionários; Frequência de limpeza por área; Tempo de resposta em chamados de manutenção; Qualidade aferida por checklists ou relatórios técnicos); Métricas e escalas de pontuação "0 a 100 pontos" com níveis de corte para glosa; "Satisfatório / Insatisfatório" com pesos atribuídos); e periodicidade clara de medição (ex: mensal, por etapa, ou por solicitação). - A mensuração é feita com base em: Instrumento de Medição de Resultado (IMR) anexo ao contrato ou Termo de Referência; Formulários padronizados, planilhas, relatórios técnicos com preenchimento obrigatório; Procedimento de avaliação conduzido pelo fiscal do contrato. - O resultado da mensuração impacta: No pagamento integral ou glosado; Na avaliação de desempenho e possíveis sanções administrativas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28870 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28875	Todos os contratos realizados pelo Município no ano de referência definem de forma clara, objetiva e detalhada as condutas que configuram infrações contratuais e as respectivas sanções aplicáveis, como advertência, multa, impedimento de licitar e outras penalidades?	- Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. Condutas que configuram infrações contratuais, por exemplo: Atraso injustificado na entrega ou execução; Execução com qualidade inferior à contratada; Descumprimento de obrigações acessórias; Reincidência em falhas de execução. 2. O vínculo entre cada conduta a uma ou mais sanções cabíveis, como: Advertência formal; Multa percentual sobre o valor do contrato, da etapa ou da medição; Impedimento de licitar e contratar, Rescisão contratual por inadimplemento grave. 3. O procedimento para aplicação da sanção, com: Instauração de processo administrativo; Garantia de contraditório e ampla defesa; Possibilidade de recurso.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28870 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28876	Nos casos exigidos por lei ou considerados necessários pela Administração, todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência preveem e exigem a prestação de garantia contratual, bem como as condições de manutenção e assistência técnica, quando aplicável ao objeto, e há controle sobre a validade e suficiência dessas obrigações durante toda a vigência contratual?	- Todos os contratos firmados pelo Município que exigem garantia no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. O tipo, valor, prazo de validade, forma de execução da garantia; 2. O prazo para apresentação da garantia antes da assinatura ou início da execução; 3. A substituição ou renovação da garantia, quando necessário; - Quando aplicável (ex: aquisição de equipamentos, obras, serviços com responsabilidade pós-entrega), o contrato deve conter: Prazo de garantia técnica do objeto entregue (ex: 12 meses); Descrição das condições de assistência técnica, suporte, prazos de resposta e solução de falhas; Responsabilidades por peças, mão de obra, deslocamento, etc. - Deve haver o controle sobre a validade e suficiência, como: Registro da apólice ou documento de garantia vigente; Verificação periódica da validade, cobertura e valor; Checklist da fiscalização do contrato, que inclui esse controle; Adoção de providências caso a garantia expire ou fique insuficiente (ex: atualização em contratos com reajuste).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28870 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28877	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência contêm cláusulas que definem, de forma clara e objetiva, o preço, as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajuste de preços, bem como os critérios de atualização monetária aplicáveis nos casos de atraso no pagamento?	- Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. Valor global do contrato ou estimado (se por demanda); 2. Critérios de medição (ex: por etapa, mensal, por serviço prestado); 3. Forma e prazo de pagamento (ex: até 10 dias úteis após a liquidação da despesa). 4. Critério de reajuste (ex: índice setorial, convenção coletiva, fórmula paramétrica); 5. Periodicidade mínima (contados a partir da data-base); 6. Data-base claramente identificada (data da proposta ou do orçamento estimado). 7. Correção monetária por atraso nos pagamentos (ex: com base na variação do IPCA ou outro índice);	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28870 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV08. Definição de Cláusulas Contratuais	28878	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra estão acompanhados de planilha detalhada de composição de custos?	- Todos os contratos de terceirização com dedicação exclusiva devem estar acompanhados da planilha de composição de custos da proposta vencedora, contendo, no mínimo: * Discriminação dos cargos/funções (ex: auxiliar de limpeza, vigilante); * Salário base de cada função (de acordo com a convenção coletiva aplicável); * Encargos sociais e trabalhistas (FGTS, INSS, 13º, férias, etc.); * Benefícios obrigatórios (vale-alimentação, vale-transporte, uniforme); * Custos indiretos e despesas administrativas; Margem de lucro da contratada; * Tributos incidentes (ISS, IRPJ, PIS/Cofins, etc.). - A planilha deve estar anexada ao contrato ou ao processo licitatório (como parte da proposta vencedora), ser utilizada como base para pagamentos, glosas, reajustes e repactuações, e estar atualizada de acordo com o ano de referência e com as convenções coletivas vigentes. - Marcar "não se aplica" caso o Município não tenha firmado, no exercício, contrato para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(28870 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV09. Contratações diretas	28887	O órgão de assessoramento jurídico do Município emitiu parecer em todos os processos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade realizados no ano de referência?	- Em todos os processos de contratação direta do exercício deve haver parecer jurídico formal emitido pelo órgão competente, que: Analisa a legalidade da contratação direta (hipótese, valor, objeto, fornecedor); Concorda ou não com a justificativa apresentada; - Quando não há parecer jurídico, deve haver ato normativo formal (ex: portaria ou instrução normativa) que defina quais hipóteses de contratação direta dispensam a manifestação jurídica. Orientação para o preenchimento: * Sim: o parecer jurídico consta de todos os processos de contratação direta realizados no ano de referência. * Não: o parecer não consta de todos os processos e o Município não dispõe de ato normativo definindo as hipóteses de contratação direta dispensadas de manifestação jurídica. * Não se aplica: o parecer não consta em todos os processos, mas o Município dispõe de ato normativo definindo as hipóteses dispensadas de manifestação jurídica.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV09. Contratações diretas	28888	Anexe o parecer jurídico do último processo de contratação direta realizado pelo Município no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(28887 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV09. Contratações diretas	28889	O Município dispõe de ato normativo que defina quais hipóteses de contratação direta dispensam a manifestação jurídica?	- Quando não há parecer jurídico em todos os processos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade, deve haver ato normativo formal (ex: portaria ou instrução normativa) que defina quais hipóteses de contratação direta dispensam a manifestação jurídica. - Deve haver ato normativo formal (ex.: portaria, instrução normativa, decreto) que defina as hipóteses de contratação direta dispensadas de análise jurídica individualizada, com base no art. 53, §5º, da Lei 14.133/2021.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28887 == "NAO SE APLICA")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV09. Contratações diretas	28890	Anexe o ato normativo municipal que define as hipóteses de contratação direta dispensadas de manifestação jurídica.	-	ANEXO	NÃO	(28889 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28938	Para todos os contratos realizados pelo Município, as solicitações de prorrogação de prazo de vigência dos contratos são precedidas de procedimento formal que justifique a necessidade, demonstre a vantagem econômica da prorrogação em comparação com uma nova licitação, e verifique a manutenção das condições de habilitação da contratada?	- Todo processo de prorrogação de prazo deve ocorrer com a justificativa da necessidade; - A justificativa deve comprovada por meio de documento da unidade requisitante ou do gestor do contrato que explique a indispensabilidade da continuidade do contrato e que o objeto ainda atende à necessidade da Administração; - Deve ser demonstrada a vantagem econômica com estudo comparando custos da prorrogação com os custos de uma nova licitação (ex.: pesquisa de mercado, atualização de preços, estudos técnicos) e com um relatório atestando que a prorrogação é mais eficiente e econômica; - Deve ser verificada a habilitação da contratada (Certidões atualizadas: Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS, CNDT; Declaração de manutenção da qualificação técnica e demais requisitos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28939	Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelas contratadas foram objeto de análise técnica e econômica, devidamente documentada no processo, antes de qualquer decisão sobre o deferimento ou indeferimento, e analisados dentro do prazo previsto no contrato para resposta?	- Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser objetos de análise técnica e econômica; - Deve haver a avaliação da unidade técnica responsável (ex.: engenharia, planejamento, financeiro); - Devem ser analisados os impactos dos impactos no orçamento, as memórias de cálculo, os índices de reajuste, os laudos de comprovação; - A documentação de análise deve ser juntada ao processo e deve ser concluída dentro do prazo previsto no contrato.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28940	Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelas contratadas são objeto de análise jurídica formal, devidamente documentada no processo, antes de qualquer decisão sobre o deferimento ou indeferimento, e analisados dentro do prazo previsto no contrato para resposta?	- Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser objetos de análise jurídica; - Deve haver o parecer jurídico para todos os pedidos, antes da decisão administrativa, que avalie: A legalidade do pedido e se a documentação comprobatória é suficiente; - Todos os pareceres devem ser juntados ao processo administrativo do contrato com assinatura eletrônica ou física do responsável jurídico.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28942	Houve descumprimento contratual em algum contrato do Município no ano de referência?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28943	Para todos os casos de descumprimento contratual ocorridos no ano de referência, o Município instaurou processo administrativo para apuração dos fatos, assegurando o direito de defesa da contratada e possibilitando a aplicação de sanções quando cabível?	- O fiscal do contrato deve formalizar a ocorrência de descumprimento da contratada; - Deve ser aberto processo para cada ocorrência grave ou incidente; - Deve haver portaria ou despacho de instauração e numeração própria para cada processo aberto; - A contratada deve ser notificada e deve ser concedido prazo para defesa e apresentação de documentos; - A autoridade competente deve decidir sobre aplicação ou não de sanção.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28942 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28944	No ano de referência, foram identificadas falhas na execução ou na prestação de serviços contratados pelo Município?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28945	Foram aplicadas glosas nos pagamentos em todos os casos em que foram identificadas falhas na prestação dos serviços contratados, conforme critérios previstos no contrato ou no instrumento de medição de resultados?	- Deve haver critérios definidos no contrato prevendo parâmetros para glosas, como, por exemplo: Percentuais por falha, atraso, ausência de funcionário, substituição de material, etc. - Deve haver planilha ou relatório demonstrando o valor glosado em relação ao serviço não executado; - Comprovantes devem ser anexados ao processo (despacho do fiscal, parecer técnico, notas fiscais com valor ajustado).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28944 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28948	No ano de referência, o Município convocou licitante remanescente para celebração de contrato em razão de recusa de assinatura pelo vencedor ou de extinção contratual?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28949	Anexe o processo referente à convocação de licitante remanescente de maior valor realizada no ano de referência, contendo os atos de convocação na ordem de classificação, as manifestações dos licitantes e, se for o caso, a comprovação de compatibilidade do preço com o mercado.	-	ANEXO	NÃO	(28948 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28950	Em todas as convocações de licitante remanescente realizadas no ano de referência, foi observada a ordem de classificação do certame, com registro formal das convocações efetuadas e das respectivas recusas?	- O processo deve demonstrar que a convocação seguiu rigorosamente a ordem de classificação, sem preterição de licitante mais bem classificado. - Devem constar dos autos: 1. O ato de convocação de cada licitante, com data e comprovante de envio; 2. A manifestação de aceitação ou recusa de cada convocado, ou o decurso do prazo; 3. A justificativa formal, quando a Administração optar por não convocar remanescentes e realizar nova licitação, faculdade que lhe é assegurada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(28948 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV11. Atuação da Fiscalização e Execução dos Contratos	28951	Nas convocações de licitante remanescente em que a proposta apresentada no certame já havia perdido a validade, a contratação foi precedida de comprovação da compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado?	- Vencido o prazo de validade da proposta, o licitante fica liberado do compromisso assumido, de modo que a contratação depende de sua concordância e não pode ter por base preço sem lastro atual. Nessa hipótese, o processo deve conter pesquisa de preços que demonstre a compatibilidade do valor a ser contratado com o mercado na data da contratação, elaborada segundo a metodologia prevista na regulamentação municipal ou, na sua ausência, na forma da Lei 14.133/2021. - A comprovação deve indicar as fontes consultadas, as datas de coleta, o tratamento de valores discrepantes e o cálculo do preço final. - Não se admite a simples reiteração do preço da proposta vencida nem justificativa genérica de vantajosidade. - Marcar "Não se aplica" quando todas as convocações do exercício ocorreram dentro do prazo de validade das propostas.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(28948 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q05. Gestão de recursos humanos e tecnológicos nas contratações públicas	IV13. Capacitação dos profissionais que atuam nas contratações públicas	28981	Os servidores que atuam no departamento jurídico receberam capacitações específicas sobre contratações públicas, no ano de referência?	- Os servidores do departamento que atuam nas contratações públicas devem ter recebido treinamentos sobre o tema no exercício de referência; - Deve haver participação registrada em cursos sobre: parecer jurídico, análise de edital, contratação direta, reequilíbrio, sanções, etc.;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q05. Gestão de recursos humanos e tecnológicos nas contratações públicas	IV13. Capacitação dos profissionais que atuam nas contratações públicas	28982	Anexe os certificados dos servidores que atuam no departamento jurídico que receberam capacitações específicas sobre contratações públicas.	-	ANEXO	NÃO	(28981 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-